

O uso da audiodescrição por pessoas cegas e com baixa visão

Marilia Meneghini¹

Karina Garcia Mollo

Gláucia Uliana Pinto

Universidade Metodista de Piracicaba, Santa Bárbara d'Oeste e Lins, Brasil

RESUMO

O trabalho investiga a audiodescrição (AD) para sujeitos cegos, recurso que consiste em transcrever situações de uma cena que é visualizada para a oralidade, objetivando conhecer o que eles têm a dizer sobre a experiência de assistir a uma curta-metragem com AD, no intuito de identificar os desafios que existem na tradução da imagem visual para a oralidade, e o modo como contribui para a compreensão da história, bem como o papel que desempenha no cotidiano da pessoa cega. Participaram no estudo quatro sujeitos com idades entre doze e quinze anos que assistiram a “Hoje não quero voltar sozinho”, disponível num canal de vídeos (Youtube), dizendo o que compreenderam e o papel da AD no auxílio dessa compreensão. Foi feita a filmagem e a transcrição do encontro para posterior análise que se baseou na abordagem histórico-cultural. As pesquisadoras constataram que o recurso é pouco utilizado pelos sujeitos que mencionaram dificuldades de entendimento dos diálogos em alguns momentos, destacando como importante, ouvir a entonação de voz dos personagens e outros sons que pudessem dar pistas dos acontecimentos tais como, pausas nas falas, silêncios, música. As pesquisadoras consideraram que estas indicações demonstraram que o recurso em AD precisa estar acessível e elaborado de modo a colaborar com elementos que auxiliam a dar significado.

Palavras-chave: Perspetiva histórico-cultural; Audiodescrição; Cegos; Baixa visão.

ABSTRACT

This paper investigates audio description (AD) to blind people. Resource that consists in transcribing situations of a visualized scene to orality, Aiming to know what they have to say about the experience of watching a short film with AD, in order to identify the challenges that exist in translating the visual image into orality and how it contributes to the understanding of the story as well as the action it works in their lives. Four teens, aged about twelve and fifteen, has been participated in the study. They watched “Today, I Don't Want to Go Back Alone”, available on a video channel (Youtube), they had to say what they understood and the role of AD in helping their understanding. Filming and transcription were made for analysis based on the cultural historical approach. Researchers found that the resource is hardly used by the teens, who mentioned difficulties in understanding dialogues in some moments, highlighting how important is hear the voice intonation of the characters and other sounds that could give clues to events such as pauses in speech, silences, music, indicating to researchers that the resource needs to be accessible and elaborated in order to collaborate with the production of meanings.

Keywords: Cultural historical approach; Audio description; Blind; Low vision.

1. Introdução

O presente texto discute o uso da audiodescrição (AD) por sujeitos cegos, um recurso de acessibilidade que consiste em transcrever informações audiovisuais para a oralidade, utilizado geralmente em filmes e curtas-metragens. O estudo, parte de um trabalho de mestrado em andamento, objetiva conhecer o que sujeitos cegos têm a dizer sobre a experiência de assistir a uma curta-metragem com AD, no intuito de identificar os

¹ Endereço de contacto: marilia.meneghini@gmail.com

desafios que existem na tradução da imagem visual para a oralidade, e analisar o modo como a AD contribui para a compreensão da história, bem como o papel que desempenha no cotidiano das pessoas cegas ou com baixa visão. Para isso foi realizada uma “sessão de cinema” com adolescentes que frequentam uma instituição socioassistencial no contra turno da escola de uma cidade do interior de São Paulo. Os sujeitos foram convidados a assistir a uma curta-metragem com AD e participar numa conversa sobre o que foi assistido, para que pudessem expressar a experiência.

O referencial teórico adotado para análise das situações é a abordagem histórico-cultural do psicólogo bielorusso Lev S. Vygotsky² (1896-1934), cujos estudos e pesquisas para contribuíram para a compreensão do desenvolvimento humano. Em artigos, especialmente nos estudos sobre defectologia (1997), expôs os conceitos de “compensação” e “caminhos alternativos”, apresentando possibilidades de desenvolvimento de sujeitos que apresentam especificidades no seu desenvolvimento, como a cegueira e a surdez. Em *La imaginación y el arte en la infancia* (1987), explica os conceitos de imaginação e fantasia, atividades combinatórias e criadoras da mente, mediante as quais formamos uma ideia ou uma imagem do real.

Estudar como as pessoas cegas compreendem os conteúdos veiculados em curtas-metragens, filmes, com o auxílio da AD, pode contribuir substancialmente para a educação de sujeitos cegos e com baixa visão, na medida em que ajuda a refletir sobre como buscar caminhos alternativos, nos termos de Vygotsky, para pensar alguns problemas complexos enfrentados na tradução de imagens em palavras, auxiliando as pessoas cegas no acesso ao conhecimento produzido na cultura.

O texto estrutura-se com base no conceito de AD e nas práticas sociais que o legitima, apresentando a legislação brasileira sobre esse recurso e um guia oficial do país que fornece parâmetros para sua elaboração. Em seguida expõe os conceitos centrais da teoria de Vygotsky que ajudam a avaliar a experiência com os sujeitos durante a exibição e discussão do curta para posteriormente apresentar, em recortes de episódios interativos, as análises das situações e diálogos ocorridos, conforme o objetivo do estudo.

Audiodescrição, legislação e o guia de produções audiovisuais acessíveis: parâmetros para a defesa da importância de recursos alternativos para sujeitos cegos

Conforme Jakobson (1995) a AD é considerada uma tradução audiovisual, uma modalidade que transcreve verbalmente informações de uma cena que é visualizada - o ambiente, as pessoas, as cores - e que não estão nos diálogos e nas trilhas sonoras (Araújo, 2011). Por isso, a AD contribui para a compreensão das imagens de filmes, comerciais, programas de TV, etc, pelas pessoas com deficiência visual. Dessa maneira, proporciona a inclusão social (David, Hautequestt, & Kastrup, 2012) fornecendo acesso, para essas pessoas, a espaços culturais e conhecimentos diversos, direito assegurado pela legislação brasileira.

O Decreto nº 5.296 (2004) que regulamenta as Leis nº 10.048 e nº 10.098 posteriormente alterado pelo Decreto 5.645 (2005) e 5.672 (2006), que no 6º do art. 23 informa:

Para obtenção do financiamento de que trata o inciso III do caput do art. 2º, as salas de espetáculo deverão dispor de meios eletrônicos que permitam a transmissão de subtítuloção por meio de legenda oculta e de audiodescrição, além de disposições especiais para a presença física de intérprete de Libras e de guias-intérpretes, com a projeção em tela da imagem do intérprete sempre que a distância não permitir sua visualização direta (Brasil, 2004, grifo do autor).

É indicado que empresas brasileiras de telecomunicações forneçam acessibilidade para pessoas com necessidades especiais e, dentre as iniciativas de inclusão, encontra-se a AD. Portanto, investigar como as pessoas cegas compreendem os conteúdos veiculados em curtas-metragens, filmes e em outros recursos também no âmbito educativo, pode contribuir substancialmente para a formação de sujeitos cegos e com baixa visão.

Como parâmetro para o recuso da AD foi criado no Brasil, em 2016, o Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis³, com o intuito de orientar produtores sobre como deixar as obras audiovisuais acessíveis. Na época, o Ministério da Cultura (MinC) e a Secretaria do Audiovisual (SAv) produziram esse guia organizando

² O nome do autor será grafado como Vigotski no texto. Nas referências constam as grafias presentes nas obras.

³ Disponível em: <https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Guia-para-Producoes-Audiovisuais-Acessiveis-com-audiodescricao-das-imagens-1.pdf>

e apresentando técnicas norteadoras de como fazer uma AD, janela de interpretação de língua de sinais e legendagem para surdos e mudos. Segundo o guia, a AD é uma locução adicional roteirizada que descreve as ações, a linguagem corporal, os estados emocionais, a ambientação, os figurinos e a caracterização das personagens.

As inserções “são colocadas entre os diálogos e não interferem nos efeitos musicais e sonoros” (Naves et al., 2016, p. 20), preferencialmente. Caso isso ocorra, há opção de atrasá-la ou adiantá-la para dar informações necessárias, de forma a não antecipar acontecimentos ou a dar informações previstas na narrativa, cabe ao audiodescritor verificar se a inserção é relevante para a sua narrativa. Em situações em que ocorrem ações conjuntas (e.g. nos casos em que a cena visual, ou a trilha sonora, for mais significativa do que a informação verbal), é permitido que a AD se sobreponha aos diálogos.

As narrações devem ser feitas de maneira leve, suave e não monótonas, visto que os elementos visuais são importantes, além disso, os elementos sonoros também possuem relevância. Eles atribuem sentido ao elemento audiovisual, por isso, a AD não pode ser neutra, precisa levar em consideração o gênero do filme para que não comprometa o entendimento por quem a utiliza. Digamos, por exemplo, que um filme de ação requer uma narração mais ágil, emocionante e não neutra, demandando uma voz mais interpretativa e com entonação, modificando-se conforme as situações aparecem.

O guia destaca que a linguagem da AD tem que ser simples, objetiva, evitar sobrecarga de informação, principalmente para o público infantil em que é necessária uma voz que acompanhe o estilo do programa para que seja atrativa ao seu público. Adotar uma voz com tom de suspense, caso seja uma cena de susto, por exemplo.

O uso de adjetivos na AD também é destacado, pois são eles que demonstram emoções e estados de humor do personagem, essenciais para atribuir sentido à cena. Diz da importância de o audiodescritor se especializar em estudos para entender a estética audiovisual e a linguagem cinematográfica como enquadramento e planos de imagens, iluminação, fenômenos sonoros, construção de imagens, pontos de vista e as suas funções.

Compensação, caminhos alternativos e função imaginativa: possibilidades de representação e apropriação do real em Vygotsky

A perspectiva histórico-cultural aponta a linguagem como principal elemento simbólico de mediação social, portanto, fundamental para que os sujeitos se possam apropriar dos conhecimentos historicamente produzidos e compartilhar dos significados e sentidos atribuídos ao mundo, pelo seu grupo social. Entretanto, a cegueira⁴ afeta o desenvolvimento, exigindo uma reorganização de estratégias sociais e educativas que possibilitem aos sujeitos participar nas mesmas atividades culturais que as demais pessoas.

Em Fundamentos de Defectología (1997), Vygotsky apresenta o conceito de “compensação” e revoluciona o modo de compreender as deficiências, na época fortemente compreendidas pelas suas características biológicas, passando a explicá-las pelas experiências na cultura. Sobre compensação, o autor diz: “todo defeito cria os estímulos para elaborar uma compensação” (Vygotsky, 1997, p.14), ou seja, o defeito⁵, ao mesmo tempo em que cria dificuldades para o desenvolvimento, ativa e intensifica forças compensatórias acionadas pelos desafios que estão colocados na apropriação dos conhecimentos produzidos nas relações sociais.

Compensar não implica a eliminação do defeito em si, forças e tendências de superação das consequências do núcleo orgânico da deficiência criam possibilidades de desenvolvimento para os sujeitos.

As possibilidades de desenvolvimento dependem da riqueza das experiências fornecidas pelo meio social, da imersão em diferentes esferas de atividade cultural, e do domínio e emprego de ferramentas e estruturas simbólicas presentes na cultura: linguagem, arte, ciência. No caso de sujeitos com desenvolvimento atípico, como as deficiências sensoriais, a possibilidade de apropriação destes conhecimentos determina a criação de

⁴ A cegueira ou baixa visão são definidas como “deficiência visual”. A criança com baixa visão é aquela que possui um campo visual limitado e restrito (Masini, 1994). Ambas podem ser congênitas ou adquiridas.

⁵ Expressão utilizada por Vygotsky na época.

caminhos alternativos, ou seja, a criação e oferecimento de instrumentos, programas apropriados e profissionais especializados.

Por essa razão, frente à condição de deficiência, é preciso criar formas culturais singulares, que permitam mobilizar as forças compensatórias e explorar caminhos alternativos de desenvolvimento, que implicam o uso de recursos especiais. O déficit orgânico não pode ser ignorado, mas é a vida social que abre possibilidades ilimitadas de desenvolvimento cultural (Goes, 2002, p. 100).

A compensação social constrói-se nas experiências coletivas, sendo que “a compensação biológica deve ser substituída pela ideia de compensação social do defeito” (Vygostky, 1997, p. 83). O fato é que, quando a cegueira e a surdez não podem ser superadas, a sociedade precisa criar outros canais de desenvolvimento e compreensão da realidade, mediados pela linguagem.

Quando Vygotsky, (2001) apresenta argumentos sobre o papel da palavra e da significação, e sobre a relação entre significado e sentido nas discussões relacionadas com a constituição das funções superiores (pensamento, fala, representação, ideia enquanto imagem do real), compreende-se o papel da internalização dos signos, do significado das palavra via linguagem, para o funcionamento do pensamento e compreensão da realidade (Goes & Cruz, 2006; Martins, 2013).

Como destaca Leme (2003), a centralidade do signo para a representação da realidade é uma questão que remete ao problema da construção do conhecimento pelo ser humano, um ser que difere dos outros animais porque desenvolve a possibilidade de representar a realidade pela função simbólica, substituindo objetos e coisas do mundo, no lugar de relacionar-se diretamente com as coisas existentes.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o signo é um elemento que substitui algo perante alguém, significa alguma coisa para um observador que interpreta esse signo, sendo que há sistemas complexos de signos, de natureza convencional e arbitrária, como a linguagem. Assim, é por meio dos signos que os homens se comunicam, transmitem uns aos outros o conhecimento e os significados da cultura em que estão imersos, e por meio desse compartilhar é que o próprio psiquismo humano se constitui. (Leme, 2003, p. 5).

O processo de representação da realidade como uma característica do pensamento tipicamente humano, culmina na formação de imagens mentais. Exige funções elementares, tal como a percepção e a visão, mas envolve fundamentalmente um funcionamento mais complexo, interfuncional, em que as experiências vividas, a linguagem e o funcionamento imaginativo desempenham importante papel, principalmente considerando sujeitos cegos.

Pelo conceito de imaginação (Vygostky, 1987) destacamos a “capacidade criadora do homem”, produto e produtor de suas condições de vida quando recombina experiências.

A participação da imaginação para/na criação da imagem do real é fruto da internalização da linguagem e dos significados compartilhados na cultura, o que se presencia quando convivemos com sujeitos cegos, em que estes parecem valer-se da experiência alheia para compor imagens do mundo.

Para Vigotski (1987) a imagem do real, não é o real em si, mas a representação do real, ou seja, o real como reflexo. Construído na/pela linguagem, pela internalização da palavra, das significações compartilhadas na cultura - possibilidades de enxergar o mundo para além da visão. Por isso,

Para Vygotsky, a fonte da compensação para o cego está na linguagem, na experiência social e na relação com os videntes. Por meio da linguagem o cego pode ter acesso às significações da cultura e participar das práticas sociais. Assim, as relações sociais são de fundamental importância para a criança cega superar o impedimento orgânico e seguir o curso de seu desenvolvimento cultural (Leme, 2003, p. 20).

Afirmação particularmente importante na defesa da criação de caminhos alternativos via linguagem para o desenvolvimento de sujeitos cegos, dentre eles a AD, considerando o caráter interpretativo deste recurso: ritmo, pausa, silêncio, diferença de voz, entonação, expressividade.

2. O desenvolvimento do trabalho

Após escolha e aceitação em participar da pesquisa de uma instituição para cegos, foi feita uma busca pelo material que iríamos trabalhar. Inicialmente utilizaríamos o filme “Eu não quero voltar sozinho” que na ocasião estava disponível na Netflix, uma rede paga de filmes, séries e documentários antigos e atuais,

disponíveis na internet. Entretanto, no momento em que estávamos preparando a “sessão de cinema”, apenas o curta-metragem “Hoje eu não quero voltar sozinho” estava disponível no canal de vídeos Youtube. *Hoje Eu Quero Voltar Sozinho* é um filme brasileiro dirigido, produzido e roteirizado por Daniel Ribeiro, estrelado por Guilherme Lobo, Fábio Audi e Tess Amorim que estreou no dia 10 de abril de 2014. O filme é baseado no curta-metragem *Eu Não Quero Voltar Sozinho*, estrelado pelos mesmos atores. O curta conta a história de Leonardo (Guilherme Lobo), um estudante cego do ensino médio e dois amigos, Giovanna e Gabriel. Léo estuda na mesma sala que Giovanna e ambos conhecem um novo aluno chamado Gabriel (Fábio Audi). Fazem amizade e estabelecem uma convivência que inclui ajudar Leo até o caminho de casa. Em um desses dias Gabriel guia Léo até sua casa no lugar de Giovanna, que se mostra incomodada, já que era ela quem fazia esse papel, além de estar se sentindo atraída por Gabriel. Gabriel visita Léo em sua casa e se mostram interessados um pelo outro. Léo acaba beijando Gabriel. Encontramos o curta com três audiodescrições diferentes e para a escolha solicitamos a ajuda de uma professora cega. Ela descartou uma versão em que AD continha vocabulários inadequados, como por exemplo a palavra “bastão” para se referir ao instrumento guia utilizado pelos cegos, sendo que o correto é “bengala”. As outras duas foram consideradas “boas” e as AD estavam bem parecidas, com poucas diferenças, como a características do quarto no momento em que o personagem principal Leo estava sozinho (uma descrevia o quarto como uma penumbra e a outra prevalecia mais o silêncio, o vazio, igualando ao sentimento do personagem e descrevendo as características da sua posição no espaço). Outro apontamento foi que uma delas mostrava a voz com o respectivo nome dos personagens e algumas características deles como altura, idade, quem era deficiente visual e quem não era, cor e estilo do cabelo (antes de começar o curta) a outra não apresentava tais elementos. Optar pela AD mais completa foi o critério final de escolha.

Com o filme selecionado, foi feito contato com os usuários da instituição e o convite para participação. Todos os adolescentes autorizados pelos pais participaram, após esclarecimentos sobre a pesquisa. A faixa etária escolhida considerou o conteúdo do filme.

Organizamos a “sessão de cinema” numa das salas da instituição, para assistir o curta e conversar sobre a história e a AD.

Os sujeitos participantes da pesquisa são adolescentes entre 12 e 15 anos, duas meninas e dois meninos. Dentre eles apenas uma menina possui cegueira total congênita, os demais possuem baixa visão e apresentam dificuldades significativas para ver situação percebida pelas pesquisadoras pelo modo de se locomoverem, já que a sala estava com uma disposição diferente de cadeiras para que pudessem assistir ao filme, e por não fixarem o olhar onde este estava sendo projetado.

Na ocasião foi explicado aos sujeitos as intenções da pesquisa antes de assistirem ao curta. A conversa foi filmada e transcrita integralmente para posterior análise, que se baseou nos pressupostos teóricos de Vygotsky e da abordagem microgenética. A abordagem microgenética utiliza filmagens e transcrições detalhadas, minuciosas, porque requer a narrativa dos acontecimentos e ações dos sujeitos. Enunciados, gestos, silêncios, expressões de voz, ou seja, um relato minucioso dos acontecimentos. Geralmente está associada a um estudo de caso ou uma pesquisa participante (Goes, 2000). Por descrever e/ou reconstruir analiticamente o cenário e o funcionamento de grupos culturais em interação, privilegia “o que acontece” buscando compreender a gênese social do funcionamento humano, decorrendo a expressão “genética”, ou seja, o pressuposto é que tal funcionamento tem origem nas interações sociais e dialógicas, por isso a importância do registro das falas na interlocução.

Foram feitos recortes dos episódios interativos e diálogos estabelecidos entre pesquisadoras e sujeitos, de modo que pudéssemos destacar situações relevantes para a análise, tais como: a experiência de compreensão da história com o recurso da AD e a presença deste recurso no cotidiano dos adolescentes para a compreensão de conhecimentos compartilhados na cultura.

3. A experiência com o curta-metragem e a AD

Após assistirem ao curta, pesquisadoras e sujeitos estão conversando sobre a narrativa e o modo como a AD possibilitou ou não entendimentos da história.

Glaucia⁶: vocês disseram vozes parecidas, não dá para identificar, para diferenciar a voz de um menino do outro, né? É... e ao mesmo tempo vocês perceberam questões importantes do filme e que eu muitas vezes observei que, por exemplo, as expressões da amiga mostrando descontentamento, não foi falado pela AD, mostra esse descontentamento... O que chama a atenção de vocês para vocês compreenderem já que não teve AD nesse momento?

Ali: A mudança de voz da personagem. Ela estava toda alegre de repente ela começou a falar mais baixo, mais devagar.

JP: A maior parte ela não para de falar.

AL: Hum?

JP: Ela não para de falar.

Glaucia: Então na verdade a gente tem a AD nesse momento que está por cima da voz dela... E na cena que eu pergunto para vocês se o Gabriel está correspondendo porque eles se beijaram, nesse momento o que ajudou?

Ali: A audiodescrição.

AL: A audiodescrição.

Glaucia: Fala mais um pouquinho, do que é bom na audiodescrição?

Ali: Ah... para descrever umas imagens e tal. Mas só isso.

Glaucia: E o que é ruim?

Ali: Porque ela fala em cima dos personagens, em cima da trilha sonora.

Marília: E o que vocês acham? JP, K, falem também.

JP: Ela fala em cima da cena.

Em seguida os sujeitos passam a falar sobre suas predileções e comentam sobre o filme "Anabelle" que assistiram sem AD porque não há esse recurso disponível quando assistem em casa.

Glaucia: Como é que vocês se sentem envolvidos com o filme, por exemplo, Anabelle sem audiodescrição, o que provoca em vocês o medo? O barulho? O tom de voz?

K: O barulho.

JP: As músicas.

K: É as músicas.

Ali: O silêncio, com aquele sopro lá...

K: É quando dá aquele silêncio de repente. Aí dá medo tipo, se tá na parede o cobertor dá medo na hora que aparece aquele demônio andando com ela.

AL: Tem isso na pegadinha do Silvio Santos que eu assisti. Hihihih... (falou rindo)

K: Na Anabelle 2 (falou todo empolgado) aparece a freira.

Marília: Nossa. Então se fosse filme de terror todos veriam?

Todos: Sim.

AL: Eu gosto também de filme de comédia, eu assisti na minha escola.

Glaucia: Com ou sem audiodescrição?

AL: Sem.

K: Sem áudio, mas a história era contada.

Na continuação da conversa...

Ali: Eu não gosto de filme brasileiro.

Marília: Ah... você não gosta? Mas esse aqui você acha que é brasileiro ou dublado?

Ali: Brasileiro por causa do nome das personagens.

Marília: Mas quando a narradora fala "essa é a voz do Gabriel" "essa é a voz da Giovana", ajudou?

Ali: Ajudou, mas as vozes pareciam muito.

Marília: Precisava de um pouquinho mais de expressividade?

Ali: Eles eram jovens.

Glaucia para Ali: Porque você acha que são atores jovens?

⁶ Os nomes das pesquisadoras são apresentados e dos sujeitos participantes abreviados, respeitando o anonimato.

Ali: Por causa da voz deles.

Os adolescentes nos mostram que a entonação, as músicas, o silêncio, o barulho, a expressividade, são constitutivos dos significados das palavras. Também o modo como se valem de indícios e pistas, como a mudança de voz de personagens, que possam significar situações e pessoas já que não podem contar com a visão. Uma AD interpretativa e não neutra, conforme o guia destaca. Situações que importam porque produzem sentidos que possibilitam perceber e compreender a história. Por outro lado, a AD dificulta entendimentos quando há semelhança na voz dos personagens (todos jovens) e quando se sobrepõe às falas ou mesmo à trilha sonora.

Na continuação da discussão os sujeitos mostram o quanto, a despeito da visão, se apropriam de produções culturais, embora independente da AD, e mais restritos a um ambiente doméstico. É interessante notar o funcionamento imaginativo dos sujeitos participando da composição das cenas como se as enxergassem, provocando medo (*Ali: O silêncio, com aquele sopro lá...; K: É quando dá aquele silêncio de repente. Aí dá medo tipo, se tá na parede o cobertor dá medo na hora que aparece aquele demônio andando com ela; AL: Tem isso na pegadinha do Silvio Santos que eu assisti. Hihihih...; K: Na Anabele 2 aparece a freira...*). O funcionamento imaginativo que participa da formação de ideias e imagens do real se vale exatamente desta recombinação de elementos das experiências (os filmes vistos, o sopro, o cobertor, o programa de televisão Silvio Santos, a freira...). Destacando novamente o papel fundante das experiências que vivenciam para a compreensão e apropriação de conhecimentos e que precisam ser repensadas, ampliadas pela utilização de recursos que enriqueçam essa apropriação e participação noutros espaços.

Na continuação da conversa continuam falando sobre produções que conhecem e o acesso ao recurso da AD.

Marília: Isso! Tem a série do Pablo Escobar e depois saiu o El Chapo, né? Eu assisti a do Pablo Escobar, é bem interessante também. Agora uma outra coisinha, na escola de vocês, assim, quais são... É... Acessibilidade! A professora usa filme, vídeo, ela coloca audiodescrição?

Todos: Não.

Marília: Como que funciona? O que fazem?

K: Ela coloca eu sentado na frente para conseguir ver, mas as vezes não consigo entender.

Marília: E quando você não consegue entender o que acontece?

K: Faço nada, fico sem entender.

Marília: Fica sem entender mesmo?

K: Sim.

JP: Sento na frente também que é melhor para eu ver. Com um olho não dá para ver, mas eu consigo ver tudo, só quando é em inglês que é difícil.

AL: Às vezes ela coloca filme daí eu sempre vou lá na frente, né? Porque as vezes eu enxergo de longe. Daí as vezes eu fico um pouco sem entender, como o K disse. E as vezes eu pergunto para minhas amigas. Daí as vezes eu pergunto para a professora também ou fico sem entender.

Glaucia: Mas é comum vocês ficarem sem entender?

AL: É.

Marília: E você Ali? Como que é a acessibilidade na sua escola para você?

Ali: Lá não passa filme com audiodescrição, mas raramente passa filme lá.

Ali: Eu fico ali na frente para ver o filme e... bom, só ouvir mesmo, daí quando tá passando alguma imagem que eu quero saber eu pergunto pro meus amigos.

O psiquismo é constituído de imagens e significados compartilhados na cultura, fundamentalmente a ideia do real que possamos formar (Martins, 2013), construída nos processos de internalização da linguagem. Entretanto, conforme aponta Kozulin (1990, p. 194), “lo que el niño con visión intacta capta mediante un acto perceptivo inmediato el niño ciego lo entiende mediante la imaginación y la actividad combinatoria de la mente”. Portanto, para que a compensação social desempenhe seu papel, as relações estabelecidas na cultura precisam oferecer caminhos alternativos de apropriação de saberes. Quando os sujeitos trazem situações vividas, deixam claro modos de apropriação do real que vão construindo, mas ao mesmo tempo as

dificuldades e restrições que estão colocadas nas relações que estabelecem, formais (escolares) e informais (cotidianas ou lazer). Para Vygotsky, a mediação simbólica, a palavra, é o que promove a superação dos limites impostos pela cegueira quando possibilita a apropriação de vivências pautadas na experiência visual (pessoas, ambientes, cores, expressões, sentimentos) por ser a palavra o meio por excelência de representação do existente. Possibilitando que pessoas cegas desenvolvam vias alternativas para atuação na realidade, tendo como base as significações que conferem às sensações, as experiências, pistas necessárias para a formulação de ideias do real circundante.

Por isso a importância de facultar caminhos alternativos de qualidade, como a AD. Nesse sentido o guia destaca a importância da entonação, da narrativa e da produção de sentidos, a AD não pode ser neutra, exclusivamente descritiva e mecânica, orientando que esse recurso precisa ser interpretativo, expressar emoção, estados de humor, ritmo, pausas... Uma prova dessa necessidade é o facto de Ali destacar a sobreposição das falas dos personagens e na trilha sonora como uma dificuldade para o entendimento, porque ouvi-los importa. Conforme o guia:

As inserções da audiodescrição dentro de uma marcação de tempo, é colocada preferencialmente entre os diálogos e não interfere nos efeitos musicais e sonoros. Pode ser ligeiramente adiantada ou atrasada em relação à cena para dar informações necessárias ao andamento da narrativa, desde que não antecipe fatos ou faça versões do que está previsto. O audiodescritor precisa decidir se a informação é importante e se vale a pena operar esse tipo de deslocamento (Naves et al., 2016, p. 20).

4. Considerações Gerais

No intuito de compreender o modo com a AD contribui para a compreensão de um filme e o papel que desempenha no cotidiano dos sujeitos, destacamos a partir dos diálogos estabelecidos entre eles e as pesquisadoras numa “sessão de cinema”, a importância da entonação e a diferença de voz dos personagens e outros sons que pudessem dar pistas dos acontecimentos, tais como a descrição do contexto feito pela AD não se sobrepondo à fala dos personagens nem à trilha sonora, pausas nas falas, silêncios, barulhos, ritmo, para atribuição de sentido e de significado (emoção, paixão, decepção etc.), indicando para às pesquisadoras não só que os recursos da AD são importantes, mas precisam ser melhor elaborados, como também o papel das palavras e da produção de sentidos mediados por ela na interação verbal, cruciais para compreensão.

Considerando o fato de não enxergarem, a palavra do outro, os sentidos que produz, são a porta de entrada para a compreensão do mundo. Para a abordagem histórico-cultural o psiquismo é constituído justamente pela imagem, pelo funcionamento imaginativo em movimento, pela ideia do real construída nas experiências vividas e nos significados que lhes são atribuídos nas interações. Portanto, questões que precisam ser consideradas quando forem criados caminhos alternativos que possibilitem a inclusão destes sujeitos nas atividades escolares, de lazer e cotidianas.

A compensação social, nos termos de Vygotsky (1997), realiza-se pelos caminhos alternativos, porque permite aos sujeitos cegos a superação das limitações com base em instrumentos artificiais, como a AD. Assim, a perspectiva histórico-cultural nos instiga a pensar nos modos de criar oportunidades que promovam o processo de apropriação cultural por parte dos sujeitos com deficiências. A partir da análise do encontro, as pesquisadoras constataram que o recurso da AD é pouco utilizado no cotidiano dos sujeitos, inclusive enquanto usuários da instituição socioassistencial que frequentam, situação que mostra o quanto os direitos de acessibilidade nem sempre estão presentes, a despeito da lei.

Os objetivos da educação e formação de pessoas com deficiência visual precisam de ser os mesmos das pessoas com visão normal, cabendo à sociedade organizar e oferecer aos sujeitos cegos as mesmas oportunidades proporcionadas aos demais sujeitos. Mesmo porque, nas palavras de Vygotsky, “provavelmente a humanidade vencerá, tarde ou cedo, a cegueira, a surdez e a debilidade mental. Porém, as vencerá muito antes no plano social e pedagógico do que no plano médico e biológico” (1997, p. 82).

Referências

Araújo, V. L. S. (2011). Cinema de autor para pessoas com deficiência visual: a audiodescrição de O Grão. *Trabalho de Linguística Aplicada Campinas*, 50(2), 357-378. <https://doi.org/10.1590/S0103-18132011000200008>.

- Brasil. Lei nº. 10.048, de 08 de Novembro de 2000. *Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências*. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm> Acesso em: 18.jan.2019
- Brasil. Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm> Acesso em: 10 jan 2019.
- Brasil. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 - DOU de 03/122004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm> Acesso em: 18.jan.2019
- Brasil. Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005. *Dá nova redação ao art. 53 do Decreto nº 5.296, de dezembro de 2004*. D.O.U., 29 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5645.htm> Acesso em: 18.jan.2019
- David, J., Hautequestt, F., & Kastrup, V. (2012). Audiodescrição de filmes: experiência, objetividade e acessibilidade cultural. *Fractal, Revista de Psicologia*, 24(1), 125-142. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922012000100009>.
- Góes, M. C. R., & Cruz, M. N. (2006). Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. *Pro-Posições (Unicamp)*, 17, 31-45.
- Góes, M. C. R. (2002). Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In M. K. Oliveira, D. T. R. Souza, & T. C. Rego (Orgs.), *Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea* (pp. 1-14). Editora Moderna.
- Góes, M. C. R. (2000) A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. *Cadernos Cedes, Relações de ensino: análises na perspectiva histórico-cultural*, 50, 9-25.
- Jakobson, R. (1995). *Linguística e comunicação*, (1 ed). Cultrix.
- Kozulin, A. (1990). *La Psicología de Vygotsky*. (1 ed). Alianza.
- Leme, M. E. S. (2003). *A representação da realidade em pessoas cegas desde o nascimento* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Campinas, Brasil.
- Martins, L. M. (2013). *Desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da Psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. (1 ed). Autores Associados.
- Masini, E. (1994). *O perceber e relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados*. CORDE.
- Naves, S. B. et al. (Orgs.). (2016) *Guia para produções audiovisuais acessíveis*. Brasília: Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.
- Vygotsky, L. S. (1987). *La imaginación y el arte en la infancia* (1 ed). Hispánicas.
- Vygotsky, L. S. (1997). *Obras Escogidas – Tomo V: Fundamentos de defectología* (1 ed). Visor.
- Vygotsky, L. S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. (1 ed). Martins Fontes.